

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA - CCMN
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JOÃO PEDRO MONÇÃO DA SILVA PIRES

**O PAPEL DA IMAGEM NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM POLÍTICA: UM
ESTUDO SOBRE A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE**

Rio de Janeiro

2022

JOÃO PEDRO MONÇÃO DA SILVA PIRES

**O PAPEL DA IMAGEM NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM POLÍTICA: UM
ESTUDO SOBRE A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE**

Monografia submetida ao Departamento Geografia do Instituto de Geociências do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro.

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

PIRES, JOÃO PEDRO M. S.

O papel da imagem na construção da Paisagem Política: um estudo sobre a Causa Mais Bonita da Cidade. Rio de Janeiro, julho de 2022.

Orientação: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro

Monografia (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências (IGEO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2022.

1. Política da Paisagem. 2. Espaços Políticos. 3. Ciberativismo. 4. Imagens.

JOÃO PEDRO MONÇÃO DA SILVA PIRES

**O PAPEL DA IMAGEM NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM POLÍTICA: UM
ESTUDO SOBRE A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE**

Monografia submetida ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Data da aprovação: __/__/__

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ (Orientador)

Rafael Winter Ribeiro

Prof. Dra. _____ (Avaliadora)

Mariana Vieira de Brito

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos Orixás pela benção e proteção durante todos esses anos.

Ao meu pai (*im memoriam*), que me orientou e ajudou no desenvolvimento de uma identidade que é construída gradativamente. Ao meu avô e minha avó (*im memoriam*), que me apoiam de todas as formas e celebraram e se emocionaram comigo no dia que eu soube que fui aprovado no vestibular.

À Julia Rocha, minha parceira de todas as horas, que me apoia nos bons e maus momentos e me incentiva a melhorar um pouco a cada dia.

À Rachel Moura, que havia sido minha professora no ensino fundamental e quando contei que passei para o curso de Geografia se dispôs a me apoiar de todas as formas, tornando-se uma madrinha, amiga e coorientadora desta pesquisa.

Ao meu orientador Rafael Winter, que me ensinou direta e indiretamente escolhas e caminhos que eu posso seguir.

Aos membros do GEOPPOL, em especial a Gabrielle, Gilberto, Pablo, Mariana, Dirceu, Pedro, Arthur, Andressa e Tatiana, colegas que estão e estiveram presentes no laboratório, auxiliando não só nesta pesquisa, mas também nas anteriores.

Ao meu amigo Thiago Bianco, que sempre me apoia e me deu a oportunidade de ingressar em um pré-vestibular de forma totalmente gratuita, imprescindível para a aprovação para a UFRJ.

Aos meus amigos Bruna Machado, Pedro Frotté e Patrick Santiago, que conheci na faculdade e são muito especiais na minha caminhada.

Aos professores, monitores e colegas de curso da Geografia, que contribuíram muito para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao CNPq, que graças ao apoio financeiro foi essencial para o meu bem-estar e para a possibilidade da dedicação exclusiva à pesquisa durante toda a graduação.

À UFRJ e todos os seus funcionários, que a partir da excelência no ensino e na pesquisa ampliaram a minha visão de mundo.

RESUMO

PIRES, João Pedro M. S. **O papel da imagem na construção da Paisagem Política**: um estudo sobre A Causa Mais Bonita da Cidade. Rio de Janeiro, 2022. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

Os objetivos desta monografia são compreender como a paisagem é mobilizada na construção da paisagem política a partir das imagens publicadas na página A Causa Mais Bonita da Cidade, no *Facebook* e analisar os impactos e usos do *Facebook* para as reivindicações. A pesquisa está inserida no projeto Política da Paisagem nas cidades brasileiras: Direito à Paisagem, Política Urbana e Democracia. A motivação do trabalho se dá pelo crescente uso da paisagem como instrumento de gestão urbana e como mobilização de uma demanda por direitos. O objeto de estudo é A Causa Mais Bonita da Cidade, movimento social que busca impedir a construção de um hipermercado em uma área verde da cidade, além da importância do espaço para a memória do bairro. O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro é a fundamentação teórico-metodológica, no qual serão explicados os conceitos que fundamentam esta monografia e de que forma ela foi operacionalizada. O capítulo dois estuda a legislação de Curitiba, que emprega o uso de palavras oriundas do radical “paisag”. Ademais, foram categorizadas as normas de modo a apresentar como a paisagem é utilizada como dispositivo a partir destas. Por último, o capítulo três aborda A Causa Mais Bonita da Cidade. Foram discutidos a sua contextualização histórica, os usos e impactos do *Facebook* enquanto ferramenta do ciberativismo e a construção da Paisagem Política a partir das imagens publicadas pela página.

Palavras-chave: Política da Paisagem. Espaços Políticos. Ciberativismo. Imagens.

ABSTRACT

PIRES, João Pedro M. S. **O papel da imagem na construção da Paisagem Política**: um estudo sobre A Causa Mais Bonita da Cidade. Rio de Janeiro, 2022. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

The objectives of this monograph are to understand how the landscape is mobilized in the construction of the political landscape from the images published on the page A Causa Mais Bonita da Cidade, on Facebook and; analyze the impacts and uses of Facebook for the claims. The research is part of the project Landscape Policy in Brazilian Cities: Right to Landscape, Urban Policy and Democracy. The motivation of the work is given by the increasing use of the landscape as an instrument of urban management and as a mobilization of a demand for rights. The object of study is A Causa Mais Bonita da Cidade, a social movement that seeks to prevent the construction of a hypermarket in a green area of the city, in addition to the importance of space for the memory of the neighborhood. The work is divided into three chapters. The first is the theoretical-methodological foundation, in which the concepts that underlie this monograph and how it was operationalized will be explained. Chapter two studies the legislation of Curitiba that employs the use of words from the radical “paisag”. Furthermore, the norms were categorized in order to present how the landscape is used as a device based on them. Finally, chapter three addresses A Causa Mais Bonita da Cidade, its historical context, the uses and impacts of Facebook as a tool of cyberactivism and the construction of the Political Landscape from the images published by the page were discussed.

Keywords: Política da Paisagem. Espaços Políticos. Ciberativismo. Imagens.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Demolição do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro em 2012	35
Imagem 2: Projeto do Hipermercado Angeloni no Bom Retiro.....	36
Imagem 3: Foto d'A Causa Mais Bonita da Cidade.....	42
Imagem 4: 1ª Horta Comunitária do Parque Bom Retiro.....	43
Imagem 5: A Causa Mais Bonita da Cidade na Câmara Municipal de Curitiba.....	44
Imagem 6: Ativistas solicitando assinaturas para a criação do parque.....	44
Imagem 7: Manifestações em relação à mudança viária	45
Imagem 8: Valorização da natureza no espaço em disputa.....	46
Imagem 9: Remanescentes do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Contagem de legislações por década em Curitiba (PR)	25
Gráfico 2: Contagem de termos nas legislações com o radical “paisag” desde 1950 em Curitiba (PR)	28
Gráfico 3: Contagem de termos nas legislações com o radical “paisag” por eixo de análise em Curitiba (PR)	29

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Espaço em Disputa.....	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

FEP Federação Espírita do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA.....	13
2.1 Política da Paisagem	13
2.2 Espaços Políticos	15
2.3 Ciberativismo.....	18
2.4 Imagens.....	20
2.5 Metodologia Operacional	22
2 A PAISAGEM NA LEGISLAÇÃO CURITIBANA.....	24
2.1 Sobre As Leis E Decretos	25
2.1.1 Lei nº 14771/2015	30
3 A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE	32
3.1 Contextualização Da Problemática.....	33
3.2 O Papel Do Facebook E Das Imagens Para A Causa	36
3.3 A Construção Da Paisagem Política A Partir Das Imagens.....	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto Política da Paisagem nas Cidades Brasileiras: Direito à Paisagem, Política Urbana e Democracia, sendo uma continuação do projeto Direito à Paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife: Política Urbana, Democracia e formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras. O objetivo dos projetos é construído a partir da tríade proposta por Rossi e Vanolo (2011), composta pela representação, governamentalidade e contestação. Estes três pilares compõem a Política da Paisagem, conceito que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território – GEOPPOL. No primeiro projeto, o objetivo era compreender como a gestão da paisagem era feita por Rio de Janeiro e Recife, além de analisar como determinados grupos de contestação utilizavam a paisagem enquanto um direito (RIBEIRO, 2018). No atual projeto foram incluídas outras nove cidades, incluindo Curitiba, cidade deste trabalho. Os critérios de seleção das cidades foram baseados na visibilidade dos movimentos de contestação e na construção de aparato legal que tivesse a paisagem enquanto dispositivo de gestão.

O trabalho se mostra importante porque a paisagem tem sido, nos últimos anos, utilizada tanto como um instrumento de gestão, quanto como um meio de reivindicar demandas e contestações. Além disso, o ativismo *online* ampliou as possibilidades de manifestação da sociedade. O estudo d'A Causa Mais Bonita da Cidade mostrou a complementariedade dos espaços políticos e do ciberespaço. As representações e narrativas criadas a partir dos dois espaços se deu através das imagens publicadas na página da causa, no *Facebook*, rede social com grande quantidade de usuários. Nesse sentido, os objetivos da monografia são 1) compreender como a paisagem é mobilizada na construção da Paisagem Política a partir das imagens publicadas na página A Causa Mais Bonita da Cidade, no *Facebook* e; 2) analisar os impactos e usos do *Facebook* para as reivindicações.

A pesquisa sistematizou e analisou as normas relacionadas às palavras derivadas do termo “paisag” (paisagem, paisagismo, paisagístico e paisagista) em Curitiba, de forma a observar como a paisagem é interpretada pela gestão da cidade, além de sua instrumentalização na Política da Paisagem. Outrossim, estudou A Causa Mais Bonita da Cidade, movimento contestatório que reivindica um parque de uso público que preserve o meio ambiente e promova o bem-estar para as futuras gerações. A problemática ocorre quando neste espaço há o projeto de construção de um hipermercado em uma das partes do terreno, além de possíveis projetos imobiliários no outro lote. Desta forma, há uma disputa sobre o futuro do local e como este será usado.

O principal instrumento d'A Causa Mais Bonita da Cidade é a rede social *Facebook*, pois nela há a divulgação de atos, informações, convocações e a publicação de imagens. Estas últimas foram analisadas de forma qualitativa e iconológica, pois a intencionalidade por parte do fotógrafo e a seleção dos elementos compõem a Paisagem Política (MOURA, 2019; MELO FILHO, 2021).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

Para fundamentar a parte teórica do trabalho foi necessária a revisão de alguns conceitos considerados essenciais no desenvolvimento da pesquisa. Foram utilizados os conceitos de: 1) Política da Paisagem, ideia base do projeto de pesquisa do laboratório em que esta monografia está inserida e de grande importância para a construção da análise e dos resultados; 2) espaços políticos, pois é a partir deles que uma manifestação presencial se dá. Como o *Facebook* foi a rede social escolhida devido à maior relevância para a causa, foi necessário buscar literatura sobre o 3) ciberativismo, pois a partir da popularização da *internet* e das redes sociais houve um aumento de possibilidades de manifestação para ativistas que buscam reivindicar seus direitos através de outras ferramentas, como abaixo-assinados e grupos de discussão. Por último, foi indispensável os estudos sobre as 4) imagens, pois por meio destas que será analisado como a paisagem política é formada. Nesse sentido, todos os conceitos estão diretamente interligados, visto que manifestações ocorrem tanto em um espaço político quanto em espaços virtuais, utilizando narrativas que implicam em um direito à paisagem. Esta problemática é divulgada principalmente a partir das imagens, que ilustram para o público de que forma os elementos da paisagem e do espaço estão sendo utilizados enquanto ferramentas de contestação.

2.1 Política da Paisagem

A ideia de paisagem vem mudando ao longo dos anos no que se refere à gestão e planejamento urbano. Nos anos 1990, a Unesco criou a tipologia de Paisagem Cultural e, nos anos 2000, este conceito ganhou destaque na gestão de políticas patrimoniais (RIBEIRO, 2019; MELO FILHO, 2021). No Brasil, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) criou a “Chancela de Paisagem Cultural”, ainda com dificuldades operacionais, mas que possui uma ideia sobre a paisagem cultural próxima à da Unesco: “resultado da interação entre natureza e cultura” (RIBEIRO, 2019a, p.154).

A mudança na ideia de paisagem também é observada no Plano Diretor do Rio de Janeiro, elaborado em 2011 e que está atualmente em revisão. Neste documento a paisagem deixa de ser algo apenas visual, “apenas algo a ser usufruído, e algo fruto de um planejamento para tal, e passa a ser a base para instrumentos de planejamento, gestão e preservação” (RIBEIRO, 2019a, p.151). É importante ressaltar que em 2012 o Rio de Janeiro recebeu o título de Paisagem Cultural pela Unesco e, além disso, o Plano Diretor ressalta a valorização da paisagem não apenas no recorte do sítio intitulado, mas em toda a cidade.

Seguindo nessa perspectiva, Melo Filho (2021) cita a Comissão de Proteção da Paisagem Urbana (CPPU), instituída no estado de São Paulo a partir da Lei Cidade Limpa. Esta lei busca regular e preservar o caráter visual da paisagem de São Paulo. A comissão foi importante para incitar uma gestão participativa da paisagem. Melo Filho (2021) exemplifica com dois marcos a mobilização da paisagem pela sociedade: a flexibilização da lei para utilizar a verba publicitária na reforma de prédios antigos e o retorno de publicidade em vias urbanas em troca de recuperação urbana por parte de empresas.

É nesse sentido que a paisagem funciona como

orientadora da ação política, das interpretações realizadas e dos movimentos ocorridos no espaço. Com essa perspectiva, a paisagem torna-se um instrumento ativo, mobilizado para explicitar os desejos e interesses dos grupos políticos que controlam os elementos que a constituem (MELO FILHO, p.3, 2021)

A paisagem, assim, enquanto dispositivo utilizado na gestão e planejamento urbano, e potencial mudança na agenda política, resulta em uma Política da Paisagem (RIBEIRO, 2016, 2018, 2019a, 2019b). Desta forma,

O que chamamos aqui de Política da Paisagem é um conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, que visam regular sujeitos e territórios, com diferentes objetivos, que são desenvolvidos a partir de diferentes áreas do pensamento com diferentes expertises. Em suma, ela ocorre quando a paisagem é mobilizada por diferentes grupos, com diferentes objetivos, a partir de diferentes representações, seja do espaço em questão, seja da própria ideia do que é uma paisagem, visando algum tipo de ação (RIBEIRO, 2018, p.162)

Vale ressaltar que a Política da Paisagem está presente em três eixos de análise distintos, mas que podem se sobrepor: “1) os estudos e ações sobre meio ambiente e sua preservação; 2) as ações de preservação do patrimônio cultural e 3) aquelas relacionadas às intervenções urbanas” (RIBEIRO, 2018, p.162).

Todavia, como a política é fundamentada em práticas e ações que visam o convencimento dos diferentes (MELO FILHO, 2021), muitas vezes resultando em conflitos, há movimentos sociais, grupos e coletivos que contestam políticas públicas já em execução, assim

como também o planejamento de futuras intervenções urbanas. Desse modo, uma reivindicação não apenas do direito à cidade é posta em cena, mas também do direito à paisagem (RIBEIRO, 2016, 2018, 2019a, 2019b; BARBOSA, 2020, 2021).

Em paralelo a isso, Barbosa (2020, 2021) traz a ideia de uma cidadania paisagística. Esta consiste em um “debate da paisagem como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de ver, estar e ser na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida” (BARBOSA, 2021, p.3). Ademais, a paisagem, segundo o autor, funciona como um direito à qualidade de vida e como um recurso econômico, político, ambiental e social (BARBOSA, 2020).

Devido aos instrumentos criados para maior participação na gestão da paisagem, além do reconhecimento desta enquanto dispositivo por grupos de resistência que utilizam a paisagem enquanto recurso político,

a paisagem deixa de ser relacionada ao olhar distanciado e passa a compor a ação política, constituindo paisagens políticas: capturas visuais intencionais de elementos diversos que estruturam conflitos entre os diferentes e são mobilizadas por grupos instituídos ou insurgentes para influenciar a agenda política (MELO FILHO, 2021, p.2).

Melo Filho (2021, p.4) também destaca que a paisagem é entendida “como uma narrativa que seleciona elementos materiais e simbólicos, capazes de mobilizar grupos e orientar decisões políticas”. Esta narrativa pode ser interpretada, segundo o autor, a partir das imagens – que serão discutidas ao longo deste trabalho – e dos espaços terrestres. Por último, o autor destaca que as paisagens políticas dão origem aos espaços políticos abertos (conceito que será abordado adiante neste trabalho), pois são estruturadoras de movimentos verticais de reivindicação ocorridos nos espaços públicos (MELO FILHO, 2021, p.7).

2.2 Espaços Políticos

Para se falar de espaços políticos primeiramente deve-se definir o que é a política a partir da bibliografia que fundamenta este trabalho. Para Castro (2012, p.46), a política

deve ser compreendida como a essência das normas socialmente instituídas para o controle das paixões (interesses, conflito, ambições, escolhas etc.), tornando-se a condição do surgimento do espaço político no qual é possível a convivência entre os diferentes, mesmo dispondo de direitos iguais.

Além disso, a autora diz que “a política é um sistema institucional e operacional de resolução de conflitos de interesses que se materializa em leis e normas de comportamento” (CASTRO, 2018a, p.14).

Segundo Melo Filho (2021, p.3) “a política é entendida como ação prática e discursiva produzida em espaços políticos específicos, realizada por grupos organizados em volta de um tema e interessados no convencimento dos diferentes”. Ou seja, a partir desta visão do conceito o espaço é fundamental para que a política como ação e os fenômenos ocorram (MACHADO FILHO, 2018).

Há também autores (CASTRO, 2012, 2018a, 2018b; MACHADO FILHO, 2018; BORGES, 2018) que alertam para a diferença de espaços públicos e espaços políticos. Segundo eles, determinadas correntes de pensamento consideram que os espaços públicos são essencialmente políticos devido a alguns fatores, dentre eles a civilidade, e que regem a partir de normas os comportamentos dos indivíduos. Todavia, isso se torna um problema ao não considerar a autonomia da política e torná-la uma palavra vazia, metafórica e abstrata. (CASTRO, 2018).

Os espaço públicos, assim

não são por natureza espaços políticos, mas espaços da socialidade, ou seja, o lugar do encontro, do ver e do ser visto, com limites físicos, normas e regras de comportamento definidos pelos poderes políticos institucionalizados. Mas são passíveis de qualificarem-se como espaços políticos quando invadidos por fenômenos da política que, temporariamente transformam sua natureza de lugar do encontro, do ver e do ser visto em palco de atividades que alteram suas rotinas e seu público usual (CASTRO, 2018, p.25)

Concomitantemente, Machado Filho (2018) afirma que o espaço público, dotado de sociabilidade, recebe um conteúdo de ação com uma finalidade política que busca alterar ou construir uma agenda política pública. Desse modo, “a ação política toma a frente como a relação que predomina na dinâmica espacial” (MACHADO FILHO, 2018, p.217). Borges (2018, p.169) reitera a ideia ao dizer que “a ação coletiva envolve intencionalidades diferentes daquelas relativas às rotinas cotidianas dos indivíduos nos espaços do dia a dia, o que por sua vez criará comportamentos e práticas sociais particulares”.

Assim sendo, torna-se então necessário trazer o que são de fato os espaços políticos. Castro (2012, p.123) os conceitua como

lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo.

Castro (2012, 2018a, 2018b) também destaca que os espaços políticos possuem critérios de escala, métrica e substância, relacionados diretamente à visibilidade, abrangência e efetividade dos eventos e ações.

Outro ponto a ser destacado é que os espaços políticos podem ser divididos em três categorias de análise: os espaços políticos exclusivos, como a Assembleia Legislativa, criados “para o debate e deliberação política” (CASTRO, 2018, p.24); os espaços políticos limitados, criados para interesses particulares, como uma associação de moradores e; os espaços políticos abertos, “abertos a toda a sociedade, qualidade intrínseca aos espaços escolhidos para manifestações, protestos, passeatas, ocupações e tudo mais que a imaginação dos ativistas sociais decidir criar para alcançar seus objetivos políticos” (CASTRO, 2012, p.123). Vale destacar que, neste trabalho, dentre as três categorias de espaços políticos, a que possui maior foco será a dos espaços políticos abertos, dado o objeto de estudo.

Outro ponto importante a ser trazido à discussão é que os espaços possuem dinâmicas próprias devido aos atributos do espaço. Machado Filho (2018) destaca, por exemplo, que obstáculos e locais que possuem valor simbólico podem trazer maior eficácia política para um coletivo. Além das características do lugar, as características dos manifestantes também mudam a configuração das manifestações e ações políticas. Podem ocorrer passeatas, ocupações, ou até mesmo os dois, trazendo resultados distintos.

Como já afirmado, a visibilidade é um critério importante dos espaços políticos, pois o espaço é o responsável por dar visibilidade à política. Em razão dos espaços públicos serem abertos à toda sociedade, “o olhar público é interpelado a todo instante pela cena urbana, pois toda ação que aí ocorre é pública, se faz sobre o olhar público, tem publicidade – por isso gera julgamentos e significações” (GOMES & RIBEIRO, 2013, p.31). Machado Filho (2018, p.223) cita Gomes ao trazer três elementos basilares da visibilidade: a morfologia do sítio, a existência de um público e a produção de uma narrativa. Finalmente, o autor também afirma que

da mesma forma que o espaço público é o lugar de cenas públicas (Gomes, 2013), o espaço político é, portanto, o lugar de cenas eminentemente políticas, apresentando comportamentos, atitudes, valores e imagens voltados ao exercício da política, e constituindo, assim, uma diferente maneira de ser neste tipo de espaço (MACHADO FILHO, 2018, 223-224)

Portanto, a escolha dos lugares para manifestações políticas é dotada de intencionalidades que possam convergir com o olhar público, a partir de estratégias traçadas que busquem modificar a agenda política e alcançar seus resultados.

2.3 Ciberativismo

A popularização das tecnologias de informação, principalmente na década de 1990, contribuiu diretamente na formação de redes voltadas não só para o âmbito profissional e de lazer, mas também como uma potencial ferramenta de mobilização política. Medeiros (2012) traz em seu artigo que a *internet* e as redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, “tornaram-se parte e/ou instrumento das mobilizações coletivas” (MEDEIROS, 2012, p.8), pois há uma maior facilidade na divulgação de informações com diferentes objetivos, sejam eles de informar, convocar, entre outros. Nesse sentido, tais redes virtuais podem colaborar com manifestações em espaços presenciais.

Este espaço virtual, também chamado de ciberespaço, é compreendido como um “espaço conceptual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da tecnologia de CMC” (RHEINGOLD, 1996 apud TAVARES, 2015, p.220). É importante ressaltar que CMC significa Comunicação Mediada por Computador. Além disso, o ciberespaço atualmente não se encontra apenas no computador, mas também em dispositivos móveis como *smartphones*, *tablets* etc. Esta popularização do ciberespaço corroborou com uma maior multiplicidade de sujeitos, que podem produzir manifestações de formas distintas a partir de suas próprias características (QUEIROZ, 2017).

A mídia e a tecnologia permitem estar em dois ou mais locais ao mesmo tempo. Segundo Pierre Lévy (2009) em seu livro *Cibercultura*, há uma visão de determinados grupos em relação à substituição dos espaços físicos por espaços virtuais. O autor entende que esta visão é um equívoco, pois a função do ciberespaço é articular os grupos sociais e agilizar as demandas dos cidadãos em relação ao espaço físico. O território, enquanto relação hierárquica e composto por processos lentos, é impulsionado pelo debate e reivindicação dos cidadãos no ciberespaço. Assim, forma-se a e-democracia ou democracia digital, que consiste em encorajar a participação dos cidadãos a partir do ciberespaço nas decisões políticas e na auto-organização comunitária. (LÉVY, 2009).

Flores & Gomes (2017, p.224) alimentam a discussão ao afirmar que “o ciberespaço oferece novos repertórios de ação política para os movimentos ativistas”. Estes podem ser tanto para a divulgação de informações, quanto para a organização de mobilizações.

É nesse contexto que se insere o ciberativismo. Este pode ser definido como “o uso de tecnologias de comunicação da *internet* por ativistas para a mobilização em favor de causas sociais, políticas ou ambientais” (FLORES & GOMES, 2017, p.223). Queiroz (2017, p.3)

conceitua o ciberativismo como “o uso de tecnologias digitais ou de informação e comunicação para a mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural”.

Vegh (2003, p.71) afirma que o ativismo online é constituído por “movimentos politicamente motivados baseados na *internet*”.¹ Além disso, podem ser potencializados pela *internet* (*Internet-enhanced*) ou baseados na *internet* (*Internet-based*). O ativismo, segundo o autor, é dividido em três categorias:

- a) apoio e conscientização a partir da organização e mobilização de pessoas visando uma ação;
- b) organização/mobilização, dividida em três partes: 1) uso da *internet* para convocar atos *offline*; 2) uso da *internet* para convocar atos que geralmente ocorrem *offline*, mas que podem produzir mais resultados *online* e; 3) atos que só podem ser realizados *online*.
- c) ação e reação: atos de *hacktivism*.

Pereira (2011) resume em duas estratégias o ativismo online. A primeira é o uso da *internet* para apoiar ações presenciais e a segunda é a ação que funciona somente pela *internet*. Tavares (2015) corrobora ao dizer que

A *internet* serve, portanto, como importante complemento para as ações políticas, engajamento cívico e participação democrática, o que não significa que os processos tradicionais se encerrem em virtude dessa nova dinâmica de participação, mas que os indivíduos têm à disposição novos espaços para diferentes tipos de deliberações democráticas (TAVARES, 2015, p.226).

Tavares (2015) também traz a ideia de “cliqueativismo”, pautado na ideia do fortalecimento de um movimento a partir de um único clique, como em abaixo-assinados. Além disso,

Esse fato ainda colabora com o entendimento das chamadas “forças dormentes” que Machado (2007, p. 278) argumenta serem importantes para os movimentos sociais nas redes virtuais, visto que essas forças são relacionadas a pessoas que fazem parte da rede e, apesar de não muito engajadas, podem se identificar com certas causas e ações e fortalecê-las em dados momentos (TAVARES, 2015, p.227)

Em relação à possível obsolescência dos espaços físicos em detrimento dos espaços virtuais, Borges (2017) se fundamenta em Parkinson, pois “agora, a mídia pode transmitir o

¹ I define online activism as a politically motivated movement relying on the Internet. (VEGH, 2003, p.71)

discurso de forma ‘virtual’, mas as coisas que eles transmitem são eventos físicos envolvendo atores políticos em locais físicos específicos’ (PARKINSON 2012 apud BORGES, 2017, p.38).

Castells (2005) compreende a complementaridade entre os espaços físico e virtual. O autor explica que mesmo que movimentos sociais sejam iniciados nas redes virtuais, eles só se afirmam quando a ação é executada em espaços físicos, a partir de mobilizações, manifestações, ocupações etc. Ademais,

O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line. E é nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural, para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta (CASTELLS, 2005, p.137)

Borges (2017) também cita Barnett, no qual a função da mídia não está propriamente em seu conteúdo, mas sim na capacidade de articular as pessoas em uma rede, em prol de um objetivo. O ciberespaço é fundamental nesta discussão, devido à junção da fundamentação técnica (os equipamentos e conhecimentos em Tecnologia da Informação) com o movimento social virtual. Deste modo, “o valor público da cultura popular de mídia reside em tornar visíveis questões, identidades e necessidades que não são prontamente exibidas nas arenas mais formais de debates públicos e de tomada de decisão” (BARNETT apud BORGES, 2017, p.39-40).

2.4 Imagens

Segundo Steinke (2014), as imagens podem ser entendidas “como uma das mediações do homem com o seu mundo, pois as imagens apresentam e representam o mundo acessível e inacessível pela tradução de códigos capazes de decifrar eventos” (STEINKE, 2014, p.46). Nesse sentido, elas são compostas por uma relação entre signos e representações. Steinke (2014) define o signo como “algum evento para algo. O significante se traduz na parte material do signo, sendo o significado o conceitual transmitido/informado, criando, então, o conceito que as pessoas tem [sic] sobre alguma coisa”. (STEINKE, 2014, p.51). Para ficar mais claro, pode-se imaginar uma manifestação como o signo. O significante podem ser os cartazes, os manifestantes, entre outros elementos materiais. O significado é o que esses manifestantes querem transmitir, passando a mensagem para o público que ali observa o evento.

Gomes e Ribeiro (2013, p.30) caracterizam as imagens como “artefatos visuais que funcionam como instrumentos tanto de percepção, como de compreensão do mundo”. Além disso, as

Imagens são constituídas pelo saldo das opções de seleção de critérios e variáveis que produzem formas e, através delas, destas formas, algo se torna visível. As imagens são artefatos que nos permitem ver determinadas coisas (MONDZAIN, 2003). (GOMES & RIBEIRO, 2013, p.29)

Ao falarmos de critérios e variáveis que produzem as imagens, é necessária a diferenciação entre o ver e o observar. Ao olharmos algo, estamos apenas utilizando passivamente o sentido da visão. O observar vai além disso, pois capta um elemento do nosso campo de visão de forma intencional e com interesse. Ademais, ao observarmos algo, há um conjunto variado de filtros que provocam um entendimento diferente sobre determinada imagem, como o tempo histórico, classe social e gênero (HOLLMAN, 2015).

Steinke (2014) complementa o fato de o olhar ser ativo ao dizer que o significado da imagem não vem somente de fora, pois passa justamente pela subjetividade do fotógrafo. Desta forma, a mensagem apresentada, sua interpretação e ressignificação se dá pela experiência de vida.

Por isso, há uma necessidade de nos desprendermos de uma visão ingênua da imagem. Hollman (2015, p.40) afirma:

[A] pergunta 'quem fala a partir dessa foto?' muitos podem responder, em primeiro lugar: 'falamos pela foto toda a paisagem, o sol, as roupas, alguns olhos, um gesto, um sorriso etc.'. De certa forma, isso é verdade. Mas a partir da foto fala principalmente o autor, o fotógrafo, aquele que nos olha e nos oferece o seu olhar, aquele que nos convida a ver o que ele próprio vê. (HOLLMAN, 2015, p.40, tradução livre)²

Em paralelo a esta noção do olhar ativo, Steinke afirma que a produção de imagens é orientada para ser vista e que “nunca é absolutamente gratuita, pois sempre foram produzidas com objetivos bem definidos, individuais ou coletivos” (STEINKE, 2014, p.46).

Outra definição a ser levantada são as fotografias. Moura (2019) conceitua a fotografia como “um arranjo habilidoso de informações dentro de um quadro” (MOURA, 2019, p.58).

² “Por eso, a la pregunta ‘¿quién nos habla desde la foto?’ muchos pueden responder, en primer término: ‘desde la foto nos habla todo el paisaje, el sol, la ropa, unos ojos, un gesto, una sonrisa, etc.'. De alguna manera, eso es cierto. Pero desde la foto nos habla principalmente su autor, el fotógrafo, el que mira y nos propone su mirada, el que nos invita a ver lo que él mismo ve.” (HOLLMAN, 2014, p.40)

Além disso, os fotógrafos possuem o poder de “incluir, excluir, enfatizar ou diminuir informações, utilizando algumas técnicas nas quais é possível uma reflexão geográfica [...]” (MOURA, 2019, p.58). Reis Jr (2014) aponta as cinco funções da fotografia ao longo da história: 1) arquivar; 2) ordenar; 3) modernizar os saberes; 4) ilustrar e; 5) informar.

Costa (2014) também explica o papel da fotografia ao afirmar que

“A fotografia localiza a paisagem no conjunto da vida e a faz representada e localizada na paisagem. A fotografia exige, explicita e esconde seu conteúdo; em diferenciados graus de adequação ou expressão, o observador capturado pela fotografia percebe-se no mundo e decifra a paisagem ou o próprio contexto retratado, em uma dialética de recíproca determinação que envolve o sujeito e o objeto” (COSTA, 2014, p.101)

Um ponto fundamental para entender a intencionalidade na produção fotográfica é o enquadramento, pois ele pode isolar, enfatizar, ou contrastar algum evento que ocorre no espaço geográfico (MOURA, 2019). A partir disso pode-se afirmar que

[...] o enquadramento é o momento em que se estabelece uma relação entre a produção fotográfica e a análise /ou representação geográfica, pois em última instância é no enquadramento que se gera o resultado do olhar do geógrafo enquanto registrador de instantâneos (STEINKE apud MOURA, 2019, p.52)

Ao pensarmos no enquadramento, portanto, “o espaço é construído e constrói o assunto, compondo a mensagem visual” (MOURA, 2019, p.38). Desta forma, a construção da paisagem se dá pelos elementos escolhidos a partir das intenções de quem produz a imagem.

2.5 Metodologia Operacional

A política da paisagem abordada neste trabalho e nas referências citadas é construída a partir da tríade de Rossi e Vanolo (2012). A primeira parte diz respeito à política como representação. Esta consiste “nos meios que as elites político-econômicas produzem e circulam imagens e discursos que sustentam estratégias de desenvolvimento urbano e acumulação de capital³” (ROSSI & VANOLO, 2012, p.1). A segunda parte é a política como governamentalidade, “que explora os caminhos que as cidades são governadas em uma era neoliberal e global, através da mobilização variada de ferramentas técnicas, intelectuais e políticas” (ROSSI & VANOLO, 2012, p.1)⁴. É importante ressaltar que o primeiro e o segundo

³ [...] the ways in which politico Economic elites produce and circulate images and discourses sustaining strategies of urban development and capital accumulation. (ROSSI & VANOLO, 2012, p.1)

⁴ [...] explores the ways in which cities are being governed in a neoliberal and global era, through the mobilization of a variety of technical, intellectual and policy tools. (ROSSI & VANOLO, 2012, p.1)

pilar estão intrinsecamente relacionados, pois o Estado e a elite produzem discursos e narrativas que são executados a partir de dispositivos, como as leis. O terceiro e último pilar é a política como contestação, “papel dos movimentos de resistência que são formados e baseados na justiça social e cidadania urbana” (ROSSI & VANOLO, 2012, p.1).⁵

Como já apontado, esta monografia faz parte do projeto Política da paisagem nas cidades brasileiras: Direito à Paisagem, Política Urbana e Democracia; uma continuação do projeto anterior que estudava inicialmente as cidades do Rio de Janeiro e Recife. Nesse sentido, o segundo capítulo irá abordar a legislação, uma das ferramentas que a governamentalidade utiliza.

Reis, Silva Filho, Silva & Ribeiro (2021) explicam que entender o aparato legal das cidades e como a paisagem é abordada nestas leis e decretos é imprescindível para compreendê-la e como é construída enquanto problema público. Por isso, o segundo capítulo trará um levantamento da legislação curitibana. Ademais, a categorização das normas se dá a partir dos três eixos que compõem a política da paisagem: as intervenções urbanas, o meio ambiente e o patrimônio cultural. Assim como no caso dos autores citados, algumas leis e decretos foram excluídos da categorização por não estarem vinculados a nenhuma das três categorias de análise, como assuntos relacionados a regimentos internos, corpo técnico, entre outros. Também será utilizado o *site* www.leismunicipais.com.br, devido a concentração e a facilidade na aquisição das informações do repertório legal instituído em Curitiba. A tabela ficou dividida da seguinte forma:

- N°: utilizado para contabilizar as leis;
- Tipo: para saber se são leis ordinárias, leis complementares, decretos, entre outros;
- Título: informa do que se trata a lei a partir de um resumo;
- Número da lei;
- Ano em que foi instituída;
- Autor: permite ver o foco de cada mandato de prefeitos, por exemplo;
- Termos resultantes do radical “paisag”: paisagem, paisagista, paisagismo, paisagístico(a);
- Eixo: meio ambiente, intervenção urbana ou patrimônio cultural; e
- Funcionamento: em vigor ou revogada.

⁵ [...] takes into account the role of resistance movements forming around issues of social justice and urban citizenship. (ROSSI & VANOLO, 2012, p.1)

A operacionalização das imagens será uma adaptação de Moura (2019), na qual será feita uma análise qualitativa e iconológica das publicações da página no *Facebook* d'A Causa Mais Bonita da Cidade. Serão analisados aspectos da natureza, aspectos das construções, aspectos de pessoas, os símbolos e, por último, elementos incomuns encontrados. Desta forma, haverá uma discussão no capítulo 3 envolvendo a construção da paisagem política a partir das imagens.

Foram realizadas entrevistas com um dos membros da causa, a partir de perguntas previamente construídas, porém de caráter aberto para dar espaço a respostas livres. Todas as perguntas tinham direcionamento à importância da página no *Facebook*; como e por quem as imagens publicadas foram selecionadas; e as narrativas criadas a partir destas, como está estruturada a causa e seu andamento no decorrer dos anos.

O trabalho contou também com a leitura de notícias de jornais e revistas envolvendo a problematização da construção do hipermercado onde antes era o Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro, além da criação e participação dos ativistas envolvidos n'A Causa Mais Bonita da Cidade. A construção do mapa de localização se deu através do software QGIS 3.20.2. Por fim, a planilha com as leis foi realizada através do Microsoft Excel 365.

2 A PAISAGEM NA LEGISLAÇÃO CURITIBANA

Este capítulo possui como base o artigo “A Paisagem no ordenamento urbano brasileiro: a produção de leis da paisagem no Recife e no Rio de Janeiro entre 1950 e 2019” (REIS, SILVA FILHO, SILVA & RIBEIRO, 2021). Serão levantados os resultados obtidos após a análise das normas legais que Curitiba possui até agosto de 2022.

Como já exposto no capítulo 1, o aparato legal é fundamental para compreender de que forma ocorre a gestão da paisagem, pois faz parte da governamentalidade, segundo elemento da tríade elaborada por Rossi e Vanolo (2012) e que fundamenta a política da paisagem. Sistematizar as normas, então, se torna importante para

“(…) compreender como a paisagem é retratada e, nesse sentido, entender o que as leis retratam como paisagem e possíveis alterações ao longo dos anos, buscando quais tradições do conceito são mobilizadas na sua utilização dentro do marco legal das duas cidades” (REIS, SILVA FILHO, SILVA & RIBEIRO, 2021, p.206).

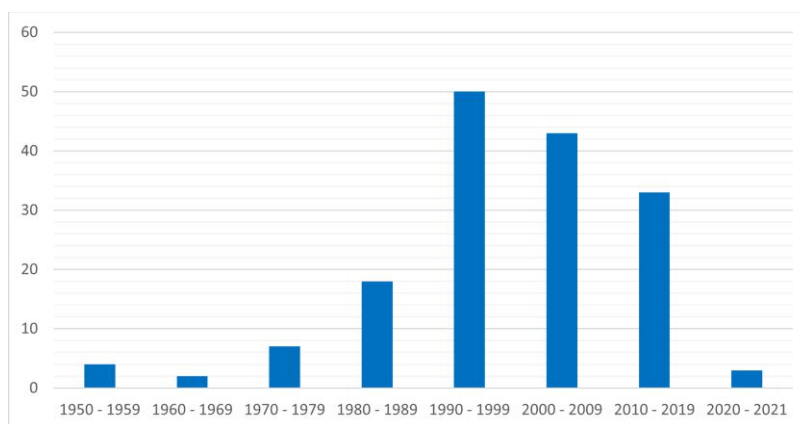
2.1 Sobre As Leis E Decretos

Utilizou-se o endereço eletrônico www.leismunicipais.com.br devido a sua facilidade na obtenção de informações necessárias e, em seguida, foi aplicado um filtro de busca, no qual só atenderiam normas que incluíssem o radical “paisag” em seu texto. Não houve um recorte temporal como critério, ou seja, todas as leis que atendiam os requisitos foram incluídas e sistematizadas em planilha.

Resumida a metodologia aplicada, serão apresentados os resultados. Foram encontradas 161 normas em um período de oito décadas. Destas, 104 pertenciam a algum dos três eixos que estão presentes na política da paisagem: intervenções urbanas, patrimônio cultural e meio ambiente (RIBEIRO, 2018). Não foram encontradas leis em 2022 que tivessem em seu texto qualquer termo com o radical “paisag”.

O gráfico 1 e a tabela 1 mostram a quantidade de legislações por década em Curitiba (PR). É possível perceber que há a utilização do radical já na década de 1950, mesmo que de forma incipiente, apresentando 2 participações. Na década de 1960 o número de normas legais diminuiu, com apenas 1 aparição. Nos anos seguintes, há um aumento exponencial de leis e decretos que possuem as palavras paisagem, paisagismo, paisagístico(s) ou paisagista. De 1980 a 1989 há 14 vezes, indo para 30 nos anos 1990, onde há o ápice. De 2000 a 2009 houve uma queda do uso desses termos, que persistiu também de 2011 a 2019. No atual decênio, há apenas 3 aparições.

Gráfico 1: Contagem de legislações por década em Curitiba (PR)



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em www.leismunicipais.com.br

A tabela 1 também permite observar quantitativamente o comportamento das diretrizes ao longo das décadas a partir dos três eixos que compõem a política da paisagem. Das três

categorias, as intervenções urbanas foram as que receberam maior atenção ao longo dos anos, com 65 aparições. Em seguida, vem o meio ambiente, com 31 e, por último, o patrimônio cultural, com apenas 8 normas. Com exceção da década de 2020, que está começando, as intervenções urbanas figuraram como protagonistas em todos os anos anteriores. Reis, Silva Filho, Silva & Ribeiro (2021) apontam os anos 1980 como um dos fatores para o aumento do aparecimento de normas de patrimônio cultural no Rio de Janeiro, pois com a redemocratização, houve a criação do Ministério da Cultura e a transformação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Todavia, o comportamento não se repete em Curitiba, visto que as leis e decretos que estão inseridas neste eixo participaram de forma tímida na gestão da paisagem.

Tabela 1: Legislações quantificadas por eixos desde 1950 em Curitiba (PR)

Década	Intervenções Urbanas	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Total Geral
1950	2	0	0	2
1960	1	0	0	1
1970	3	2	0	5
1980	9	3	2	14
1990	19	10	1	30
2000	18	9	2	29
2010	12	5	3	20
2020	1	2	0	3
Total Geral	65	31	8	104

Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em www.leismunicipais.com.br

Em relação aos termos oriundos do radical “paisag”, foram contabilizadas 471 palavras, com discrepância quantitativa entre elas. Na tabela 2 e no gráfico 2 é possível perceber a quantidade de vezes que aparecem paisagem, paisagista, paisagismo e paisagístico(s) ao longo das décadas. Paisagem é o vocábulo que mais aparece, com 203 aparições. Em seguida, aparecem respectivamente os itens paisagismo e paisagístico, com apenas 1 repetição de diferença. Por último e pouquíssimo utilizada a palavra paisagista, utilizada apenas 5 vezes.

É importante ressaltar que em Curitiba ocorre o que foi retratado na bibliografia que fundamenta este trabalho, pois a palavra Paisagem foi utilizada cada vez mais ao longo do período, com seu ápice entre 2000 e 2009, de forma a ser empregada 69 vezes. Paisagístico(s),

apesar de ser mais usado na primeira década analisada, foi sendo pouco empregado até os anos 1989, quando a partir de 1990 voltou a ser popular, repetindo-se entre 30 e 40 vezes por década. Paisagismo possui um comportamento parecido com Paisagem, estando ausente nos dois primeiros decênios e aumentando a recorrência de uso nos anos subsequentes. Já Paisagista não foi alvo de atenção por parte do aparato legal, aparecendo apenas 5 vezes nas oito décadas estudadas.

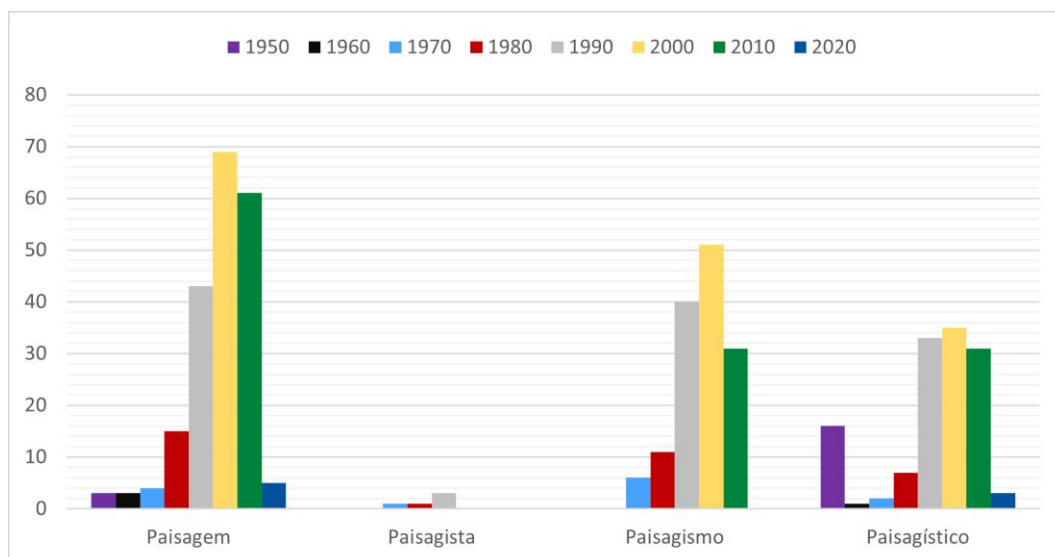
Tabela 2: Utilização do radical "paisag" ao longo das décadas em Curitiba (PR)

Década	Paisagem	Paisagista	Paisagismo	Paisagístico(s)	Total Geral
1950	3	0	0	16	19
1960	3	0	0	1	4
1970	4	1	6	2	13
1980	15	1	11	7	34
1990	43	3	40	33	119
2000	69	0	44	38	151
2010	61	0	31	31	123
2020	5	0	0	3	8
Total Geral	203	5	132	131	471

Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em www.leismunicipais.com.br

Ao compararmos a tabela 2 e o gráfico 2 com o gráfico 1, há algumas considerações que podem ser ressaltadas. A quantidade de leis por década não necessariamente irá ressaltar que há mais termos oriundos do radical "paisag". O período de 1970-1979 possui mais normas que mencionam palavras que contenham "paisag" do que os anos 1950. Todavia, há mais uso destes vocábulos na década de 1950 que na de 1970. Outro exemplo são os anos 1990, onde há o maior uso de legislações com esses termos em relação a qualquer outra década. Mas ao observarmos a tabela 2, os anos 2000 utilizaram quase 30 verbetes a mais que o período anterior. Desta forma, a atenção dada à gestão da paisagem não necessariamente é refletida no número total de leis, mas, sim, de que maneira estão sendo utilizados os termos a partir do objetivo que o aparato legal objetiva.

Gráfico 2: Contagem de termos nas legislações com o radical “paisag” desde 1950 em Curitiba (PR)



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em www.leismunicipais.com.br

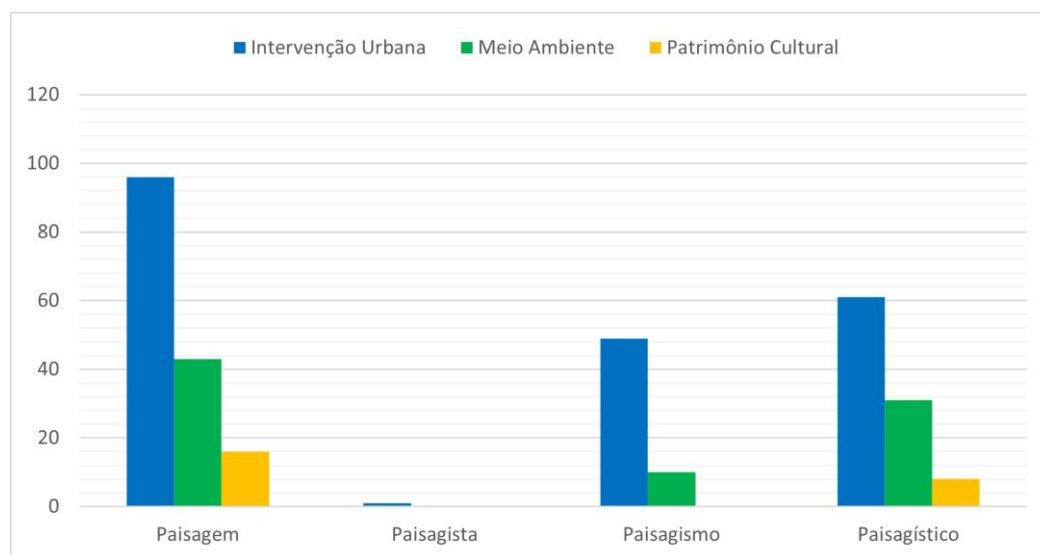
Outro ponto a ser levantado está apontado no gráfico 3, onde há a contagem de termos nas legislações com o radical “paisag” por eixo de análise em Curitiba. O eixo de intervenções urbanas se sobrepõe em relação ao meio ambiente e o patrimônio cultural em todas as palavras utilizadas. Em números, Paisagem aparece 96 vezes; Paisagista 1 vez; Paisagismo 49 vezes e; Paisagístico 61 vezes. Em contraste, a categoria patrimônio cultural utilizou apenas os termos Paisagem 16 vezes e Paisagístico 8 vezes, com ausência em Paisagista e Paisagismo. Entre esses dois extremos há o meio ambiente, que só não possui registros de uso de Paisagista. Paisagem é mencionado 43 vezes, seguido por Paisagístico (31 vezes) e Paisagismo (10 vezes).

Após apresentar os resultados de forma quantitativa, vale apontar algumas leis e decretos que foram criados e seus respectivos eixos, de forma a compreender qualitativamente como os termos são empregados.

Começando pelo eixo de intervenções urbanas, traz-se como exemplo a Lei Ordinária nº 15388/2018, que “Institui o Programa Rosto da Cidade de Combate à Poluição Visual, à Pichação e Degradação da Cidade, no Município de Curitiba e dá outras providências” (CURITIBA, 2019). O artigo segundo desta lei determina que faculta ao município de Curitiba “executar serviços de pintura, limpeza e outros reparos ou fornecer a tinta e a resina antipichação aos proprietários ou responsáveis dos imóveis particulares, considerados de *Relevante Interesse para Recuperação da Paisagem*” (CURITIBA, 2019, *itálico nosso*). A norma determina que os imóveis que são de Relevante Interesse para Recuperação da Paisagem estão inseridos no Programa Rosto da Cidade e, por isso, revitalizá-los é necessário para o

programa. O outro exemplo que merece destaque é a Lei Ordinária nº 14771/2015, que “Dispõe Sobre A Revisão Do Plano Diretor De Curitiba De Acordo Com O Disposto No Art. 40, § 3º, Do Estatuto Da Cidade, Para Orientação E Controle Do Desenvolvimento Integrado Do Município” (CURITIBA, 2015). Esta lei será abordada em um tópico adiante para melhor detalhamento.

Gráfico 3: Contagem de termos nas legislações com o radical “paisag” por eixo de análise em Curitiba (PR)



Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis em www.leismunicipais.com.br

Pelo eixo meio ambiente, serão abordadas a Lei Ordinária nº 15852/2021 e o Decreto 644/2016. A primeira objetiva a “política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências” (CURITIBA, 2021). Os termos oriundos do radical “paisag” são utilizados visando o uso do solo, a partir da proteção de áreas verdes com interesses paisagísticos ecológicos; na conservação de paisagens notáveis; na definição de áreas verdes e no licenciamento ambiental. Já o decreto aborda a criação do “Parque Gomm” e outras providências. Este é importante porque foi a inspiração para a criação d’A Causa Mais Bonita da Cidade, conforme falado pelo entrevistado. Aparece apenas um termo “paisag” (paisagismo), descrevendo os elementos que compõem o parque. Por último, este decreto é resultado de contestação por parte da sociedade e luta por um espaço verde e de uso público.

O eixo de patrimônio cultural será exemplificado pela Lei Ordinária nº 14794/2016, que “Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Curitiba, Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba – CMPC, Institui o Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUNPAC e dá Outras Providências” (CURITIBA, 2016). A abordagem

dos termos se dá pela 1) proteção de conjuntos urbanos de valor paisagístico; 2) o Livro do Tombo enquanto instrumento de proteção; 3) a adoção de critérios paisagísticos no procedimento de Inventário de Bens Imóveis do Patrimônio Cultural do Município; 4) do tombamento e; 5) da criação de uma Câmara Técnica do Patrimônio Cultural Edificado e Paisagem Urbana – CAPC, que possui “competência para deliberar, estudar e emitir pareceres nos processos administrativos relativos a bens imóveis, bem como analisar e deliberar sobre a restauração, reparação ou adequação desses bens, além das demais disposições regimentais” (CURITIBA, 2016).

2.1.1 Lei nº 14771/2015

A Lei nº 14771/2015 trata da revisão do Plano Diretor de Curitiba. Ela merece destaque porque guia as políticas públicas urbanas de um município, além de ser revisada e atualizada a cada 10 anos. Outrossim,

Art. 4 - O Plano Diretor visa propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável de Curitiba com a Região Metropolitana, sendo o instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes, públicos e privados (CURITIBA, 2015).

No que concerne a metodologia para a análise desta lei, foram utilizados os mesmos critérios das demais. Ela está na planilha sistematizada, contendo o ano, a quantidade de termos encontrados, sua vigência, entre outros aspectos. Nesse sentido, foram encontradas 28 vezes a palavra “paisagem”, 2 vezes “paisagismo” e 3 vezes “paisagístico(s).

O Art. 4 também cita os Planos Estratégicos, “que contemplam ações e projetos específicos, com temas determinados dentro de uma área de atuação, mas que abrangem a totalidade do território (...)” (CURITIBA, 2015). Um destes planos diz respeito ao Plano de Paisagem Urbana. Faz-se presente então uma preocupação com a gestão da paisagem no município. O Art. 13 também define a identidade da paisagem urbana como um dos princípios da política de desenvolvimento urbano, sendo reforçado no Art. 14 inciso XII, o qual busca “fortalecer a identidade e a paisagem urbana, mantendo escalas de ocupação compatíveis com seus valores naturais, culturais, históricos e paisagísticos” (CURITIBA, 2015).

O capítulo que fala da estruturação urbana valoriza o equilíbrio entre o ambiente natural e as construções, como apontado no Art.18. Já o Art.17 define o objetivo da política de estruturação urbana, no qual há uma preocupação com a configuração da paisagem urbana também a partir do equilíbrio entre os aspectos naturais e o ambiente construído.

Em relação ao patrimônio natural, a lei define os aspectos natural e cultural do meio ambiente bens públicos ou privados onde a conservação e a recuperação sejam de interesse público devido ao seu valor natural, “incluindo a paisagem” (CURITIBA, Art.61, § 2º, 2015) e por causa de seu valor cultural e urbano. É importante ressaltar que há um artigo próprio para a agricultura urbana, com o objetivo de “promover a racionalização do território, a conservação da cultura local, a preservação da paisagem tradicional e a produção de alimentos preferencialmente orgânicos”. (CURITIBA, Art.62, 2015). Neste momento percebe-se uma das visões que Ribeiro (2018) evidencia nas gestões da paisagem, na qual ela é interpretada como uma relação entre sociedade e natureza.

A parte que mais chamou atenção na política da paisagem foi o capítulo IV, chamado “Da Paisagem Urbana e do Uso do Espaço Público”. A seção I aborda como a ideia de paisagem é compreendida na gestão urbana. Eles a entendem como

Art. 70 - A paisagem urbana, entendida como a configuração visual dos espaços livres e construídos, nos seus contextos históricos, ambientais, sociais, culturais e econômicos, tem sua política municipal definida com os seguintes objetivos:

- I - fortalecer o conceito de que a paisagem urbana é inerente e fundamental ao direito à cidade, sendo componente na produção do espaço urbano;
- II - garantir ao cidadão o direito de usufruir a paisagem;
- III - possibilitar ao cidadão a identificação e leitura da paisagem e de seus elementos constitutivos, naturais e culturais;
- IV - qualificar o espaço urbano para fortalecer a identidade da cidade;
- V - respeitar a diversidade no tratamento da paisagem urbana pela importância do lugar no contexto social, histórico, cultural, urbano e ambiental, ressaltando e identificando as características que lhe conferem singularidade ou especialidade.

Parágrafo único. O Plano de Paisagem Urbana deverá ser elaborado para o estabelecimento de uma modelagem de composição dos espaços públicos de forma a orientar o planejamento da cidade em conformidade com os incisos contidos neste artigo. (CURITIBA, 2015)

A questão visual se torna então a ideia fundamental da paisagem segundo a gestão municipal curitibana, na qual há um conjunto de elementos que estão dispostos no espaço e estão inseridos em contextos históricos, ambientais, sociais, culturais e econômicos. Outro ponto a ser destacado é a paisagem estar diretamente ligada ao direito à cidade, abrindo espaço então para um direito à paisagem (RIBEIRO, 2018) e à cidadania paisagística (BARBOSA, 2020). Há também, de acordo com o texto, um cuidado no tratamento da paisagem por causa de seus contextos.

O Art.71 utiliza exatamente o termo “política da paisagem”, determinando as diretrizes desta como

I - desenvolver, articular e implementar instrumentos técnicos, institucionais e legais para o planejamento e a gestão da paisagem urbana;
 II - assegurar a qualidade visual dos diversos elementos que constituem a paisagem urbana;
 III - instituir instrumentos de avaliação e monitoramento da paisagem urbana;
 IV - instituir mecanismos de participação da população na identificação, valorização, preservação, conservação e proteção da paisagem urbana e marcos referenciais. (CURITIBA, 2015).

Há uma menção à gestão participativa da paisagem, considerada ainda um desafio operacional no Brasil, e a ideia deste conceito enquanto algo visual, como mostra o inciso II.

Por último, vale destacar partes dos artigos 73 e 74:

Art. 73 - A política municipal do uso do espaço público tem como prioridade a melhoria das condições ambientais e da paisagem urbana, com os seguintes objetivos:
 II - ordenar o uso dos espaços públicos, de superfície, aéreo e subsolo, de forma a qualificar a paisagem urbana;

Art. 74 - São diretrizes gerais da política de uso do espaço público:
 VIII - compatibilizar a implantação de sinalização de trânsito com a paisagem urbana, a capacidade de suporte local e a legislação em vigor;
 X - estimular a diversidade do desenho do mobiliário urbano, observando a disposição desses elementos nos diferentes compartimentos da paisagem urbana, em atendimento à acessibilidade universal;
 XIV - promover estudos de tecnologias de Realidade Aumentada no espaço urbano, considerando o potencial de intervenção das projeções no ambiente e na paisagem da cidade, bem como das novas economias baseadas na camada virtual local; (CURITIBA, 2015)

Compreende-se, assim, que a questão estética também se faz presente na ideia de paisagem da gestão curitibana e há a determinação de instrumentos que possam auxiliar no ordenamento da paisagem, preservando elementos considerados importantes para a identidade do município.

A importância da análise do aparato legal de Curitiba se fez fundamental, pois a governamentalidade é a aplicação dos discursos e narrativas que a representação produz (ROSSI & VANOLO, 2011). Além disso, é a partir destes instrumentos que o terceiro pilar, a contestação, reivindica meios e formas de participar e modificar a agenda política a fim de promover o bem-estar social.

3 A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE

Este capítulo constitui a terceira parte da tríade de Rossi e Vanolo (2011), a contestação. Será abordada em um primeiro momento, a contextualização histórica da problemática que

levou à criação d'A Causa Mais Bonita da Cidade, a partir da dissertação de Carmo (2019) e de notícias. Também haverá uma descrição do espaço e uma caracterização do bairro.

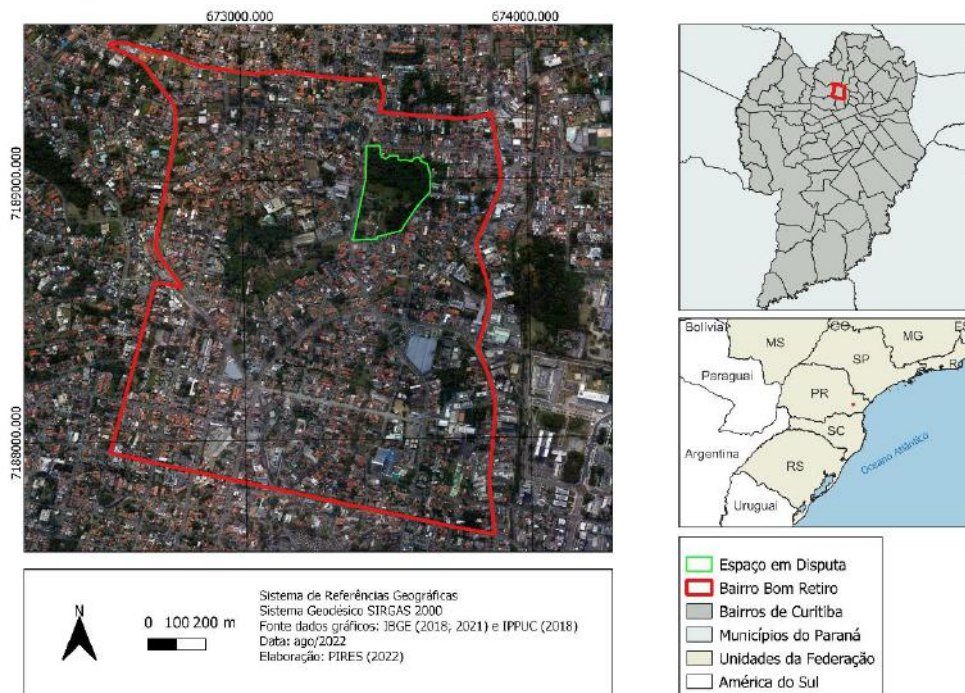
Em seguida, será analisado o papel do *Facebook* e das imagens para a causa. Os resultados desta análise terão como base as respostas das entrevistas realizadas, relacionando-as com a fundamentação teórica e as potencialidades de uso que a rede social possui para a reivindicação do parque por parte dos ativistas.

Por último haverá uma análise da construção da paisagem política a partir das imagens. A análise será qualitativa e o foco é iconológico, ou seja, em aspectos da natureza, aspectos das construções, aspectos das pessoas, símbolos e elementos incomuns (MOURA, 2019). A partir disso, o trabalho buscará compreender como a paisagem política foi construída, pois as fotografias são dotadas de intencionalidade, e seus signos transmitem uma mensagem que o autor quer passar para quem a vê. (STEINKE, 2014; MOURA, 2019)

3.1 Contextualização Da Problemática

O terreno de cerca de 60 mil metros quadrados pertence à Federação Espírita do Paraná (FEP), entidade sem fins lucrativos que divulga a doutrina kardecista no Estado. Neste lugar, funcionou o Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro, de 1945 a 2012, relevante para a história do bairro. Esta instituição de saúde é significativa porque foi fruto de doações, desde o momento da compra do terreno, até a finalização da construção das edificações. O personagem principal nas doações foi Lins de Vasconcelos, empresário do ramo madeireiro na época e que havia sido presidente da FEP enquanto morava no Paraná. Seu túmulo ficou presente no terreno até 2012, quando foi transferido para outro local. Sua contribuição foi importante para prosseguir com a continuação das obras das instalações do hospital. O espaço em questão fazia parte do bairro do Pilarzinho e, esta região em si, começou a ser urbanizada apenas após a conclusão das obras e a inauguração do hospital, em 1945. Desta forma, chácaras começaram a ser loteadas e houve início à instalação de edifícios residenciais e comerciais. Em 1975, a região foi emancipada do bairro Pilarzinho, criando então o bairro Bom Retiro, homônimo do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro (CARMO, 2015). A localização do espaço é exibida no mapa 1.

Mapa 1: Localização do Espaço em Disputa



Fonte: Elaboração do autor

Em 2012, a instituição foi realocada para outro bairro, pois a estrutura física do espaço não atendia mais as normas de saúde do século XXI. Apesar das atividades hospitalares e do edifício terem sido demolidos no final de 2012, já havia nos anos anteriores interesses imobiliários em relação ao terreno por parte de grandes empresas. O desejo das corporações aumentou quando a FEP decidiu fazer uma avaliação de quanto valia o espaço. Após diversas ofertas, a negociação com a Invespark Administração e Participação Ltda. se concretizou. Houve a venda do terreno e este foi dividido em dois lotes. Todavia, a empresa devolveu a fração maior e vendeu a menor para a rede de hipermercados Angeloni, popular na região sul do país. Isso acabou

alterando completamente o perfil de uso previsto inicialmente pela Federação e, conseqüentemente, frustrando as possibilidades de ganho referente ao possível recebimento de aluguéis e participação no faturamento do empreendimento que deveria ser construído (CARMO, 2019, p.96)

Outra questão importante foi a pressão feita pelos moradores em 2012, além da repercussão na imprensa sobre a demolição do antigo hospital. Houve então uma suspensão desta, visando a possibilidade de tombamento da área por causa de sua importância paisagística do bairro, a partir de estudos das instituições urbanísticas e de patrimônio de Curitiba. Todavia,

a proteção não prosseguiu e a demolição foi aprovada. Segundo a página do *Facebook* A Causa Mais Bonita da Cidade, após a decisão de que não seriam protegidas as construções, foi emitido um alvará de demolição 36 horas depois, resultando na demolição do hospital em dezembro de 2012 (imagem 1).

Imagem 1: Demolição do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro em 2012



Fonte: A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook.

Além disso, Carmo (2019) afirma que apenas em 2017 a problemática voltaria aos principais jornais de Curitiba, devido à divulgação do projeto do hipermercado (imagem 2) no espaço ali em questão. Alguns dias depois da publicação em jornais sobre o projeto, ativistas contrários à instalação comercial criaram a página “A Causa Mais Bonita da Cidade” no *Facebook*. Estes reivindicam a criação de um parque público na totalidade do terreno e que preserve a área verde e os corpos hídricos ali presentes, além do legado filantrópico dos doadores e personagens que ajudaram na construção e manutenção do antigo hospital. Ademais,

os afetos acumulados ao longo do tempo e as potencialidades latentes naquele espaço pertencem à esfera do comum e, desse modo, as decisões a respeito do destino do terreno não poderiam estar subjugadas aos interesses particulares e privados de grupos econômicos específicos, de maneira a excluir o debate público e a participação da comunidade na definição dos usos e na gestão dos recursos disponíveis naquela localidade. (CARMO, 2019, p. 105)

Imagem 2: Projeto do Hipermercado Angeloni no Bom Retiro



Fonte: A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook

Carmo (2019) também destaca o trâmite duvidoso da aprovação da metragem do hipermercado, pois foi deferido sem um estudo ambiental prévio uma instalação quase duas vezes maior que o permitido.

Nesse sentido, o terceiro pilar da tríade de Rossi e Vanolo (2011) se torna fundamental, pois a partir da contestação e das manifestações presenciais e virtuais houve o objetivo de alterar a agenda política e a busca por bem-estar social e cidadania. Assim como Melo Filho (2021) aponta no estudo de caso do Parque do Bixiga, no caso de Curitiba, como o tombamento não ocorreu como medida protetiva para o antigo hospital, os manifestantes recorreram a criação do Parque do Bom Retiro, articulando a preservação da paisagem e do espaço às questões ambientais.

3.2 O Papel Do Facebook E Das Imagens Para A Causa

Este tópico buscou responder um dos objetivos deste trabalho: analisar os impactos de usos do *Facebook* e das imagens para as reivindicações. Para isso, houve a realização de uma entrevista, em fevereiro de 2022, com perguntas previamente definidas e respostas de caráter aberto. Ademais, foram selecionadas três publicações que contêm o andamento dos eventos, contexto da causa e que utilizam propositalmente o *Facebook* não só como ferramenta de divulgação de informações, mas também como um instrumento que visa mobilizar mais apoiadores.

A entrevista foi realizada com o Lucas, um dos membros mais ativos da causa. As doze perguntas tinham o objetivo de entender como A Causa Mais Bonita da Cidade é estruturada, como as decisões são tomadas, em que momento foi criado o movimento e qual o impacto que o *Facebook* e as imagens possuem para alcançar as reivindicações.

Primeiramente, Lucas respondeu que “o movimento sempre tem duas ou três pessoas que ‘tão’ mais envolvidas diretamente”. Mas há também algumas dezenas de pessoas que são mais ativas no apoio às manifestações, divulgação, produção de imagens etc. As decisões eram improvisadas e o entrevistado trouxe dois exemplos em relação a isso. O primeiro foi um rapaz que levou um carrinho de supermercado e plantou uma horta no espaço onde ficava o antigo hospital. Já o segundo foi outro rapaz, que era bom na produção de memes, e acabou assumindo a função. Os memes, segundo Lucas, são fundamentais para conseguir visibilidade e causam danos à imagem de personagens e instituições.

Quando perguntado se já existia uma organização quando havia o interesse de tombamento dos prédios do antigo hospital, Lucas disse que não. Houve apenas protestos isolados e, assim como Carmo (2019) disse em sua dissertação, A Causa Mais Bonita da Cidade surgiu quando houve a divulgação do projeto de um hipermercado onde antes estava instalado o hospital psiquiátrico. O entrevistado afirma que este momento em 2017 “aglutinou toda a insatisfação”. Ou seja, havia pessoas que já eram contra a demolição do hospital e se reuniram como uma causa, um movimento, em busca de um futuro diferente para um espaço tão importante para a memória dos moradores do bairro e arredores.

Ao perguntar se a página foi criada antes ou depois do movimento, Lucas afirmou que ambas surgiram ao mesmo tempo. Isso corrobora com a função do ciberespaço, que é articular os grupos sociais e agilizar as demandas dos cidadãos em relação ao espaço físico. (LÉVY, 2009). O entrevistado também explicou o porquê de ser A Causa Mais Bonita da Cidade. Basicamente, foi uma adaptação da Banda Mais Bonita da Cidade. Outrossim, a página foi inspirada em um outro movimento que ocorreu em Curitiba e que obteve sucesso: o Parque Gomm. Este foi determinado pelo Decreto 644/2016 (CURITIBA, 2016). O *Facebook* também foi utilizado como instrumento de reivindicação das pautas políticas. Lucas exalta a importância dos memes para o sucesso desse movimento, pois na escala local provocou diversos danos à imagem de pessoas e instituições. Houve também o apoio de vereadores devido à visibilidade das publicações. Nesse sentido, A Causa Mais Bonita da Cidade buscou alcançar os seus objetivos também a partir de publicações, mas a partir de uma relação de complementaridade com os espaços físicos (CASTELLS, 2005).

Outra questão foi a seleção do *Facebook* enquanto rede social. Há o *Twitter*, o *Instagram*, entre outras redes que também poderiam ser uma ferramenta do ciberativismo. Lucas respondeu que, naquele momento, o *Facebook* era a plataforma mais forte, com maior poder político. Além disso, “o *Facebook* causava conforto após o Parque Gomm”. Houve tentativas de utilizar o *Instagram*, mas nunca deu certo. Há apenas a utilização do *Messenger* para a comunicação entre os ativistas.

Ao ser questionado sobre quais os impactos que a rede social teve nas reivindicações, Lucas levantou a principal conquista: cerca de 12 mil assinaturas no abaixo-assinado mobilizado para a criação do Parque do Bom Retiro. Vale ressaltar que este é o somatório das assinaturas virtuais e as angariadas nos espaços físicos. Teve também o apoio de grupos sociais, coletivos, políticos e figuras públicas, além de algumas associações de moradores. Entretanto, a rede perdeu força e o movimento também. A causa era composta por um espectro político diverso, ou seja, desde apoiadores da direita até a esquerda. Apesar disso, havia o objetivo comum da criação do parque, gerando uma “união multifacetada”. Mas, no atual cenário político, “a radicalização fez com que ‘minguasse’ o movimento”.

A temática das imagens foi fundamental para compreender a influência que elas possuem para a causa. Indagado sobre qual o impacto que as imagens têm para o movimento, Lucas respondeu que os ativistas percebiam momentos legais de fotografar. Esta resposta vai de encontro com o que Hollman (2015) e Steinke (2014) afirmam. A imagem é primeiramente falada pelo fotógrafo a partir de sua subjetividade e seleção de critérios. A fotografia é produzida a partir de intencionalidades e objetivos que visam mostrar algo. Tal fato é confirmado “quando uma imagem de uma criança é legal de mostrar”. Lucas também afirma que “as imagens eram essenciais para o compartilhamento” e “em termos de divulgação, era o mais importante”. Algumas imagens eram manipuladas, visando mostrar mais pessoas do que realmente tinham, por exemplo. Moura (2019) explica que os ângulos, o enquadramento e outros aspectos técnicos são elementos que constroem o espaço e o assunto, gerando uma narrativa visual.

Em relação a quem produz as imagens, Lucas disse que havia os “voluntários do Bom Retiro”. As fotografias eram produzidas tanto por fotógrafos, como por amadores. Os equipamentos eram câmeras profissionais e celulares. Tal é a importância da produção das imagens, que Lucas disse que ganhou um telefone para poder tirar fotos melhores do Bom Retiro e dos eventos e manifestações que ocorrem nos espaços. Havia uma categoria com as fotos e isso é perceptível a partir dos álbuns. Reis Jr. (2014) afirma que

o álbum de fotos não foi concebido como documento destituído de sentido. Ao contrário, sempre estaria presente certa ‘lógica’ em sua composição. Assim, a ‘distribuição de cenas’, que ele compreende, respeitaria uma espécie de coerência, a qual, fatalmente, iria sugerir certa visão simbólica daquilo que aparece ali ‘registrado em grupo’ (REIS JR., 2014, p.13)

Os eventos aconteciam, os voluntários tiravam as fotos e mandavam a partir de mensagens no *Facebook* e no *Whatsapp* para que pudessem ser publicadas na página.

Questionado sobre a situação atual do movimento, Lucas disse que o movimento está parado. A página entrou em hiato e o hipermercado não começou a ser construído. A pandemia também “foi o golpe de misericórdia”. No início, havia encontros com máscara, mas a força foi esvaindo com o passar dos meses. Por último, o entrevistado disse que há uma chance de recuperação na força do movimento, mas são necessários outros caminhos e formatos de comunicação para que as manifestações prossigam de forma ativa.

Partindo agora para a análise das publicações, foram três selecionadas, como já dito anteriormente. Elas foram escolhidas porque possuem, além de imagens, textos que constroem uma narrativa ao leitor, trazendo os eventos que foram ocorrendo ao longo do tempo e como o movimento os encara.

A primeira publicação é do dia 2 de setembro de 2017⁶ e seu objetivo é trazer ao leitor a problemática e uma justificativa para a existência da causa. Os autores trazem o contexto histórico do espaço e como a Federação Espírita do Paraná o geriu e realizou as transações de venda para a Invespark. O *Facebook*, então, foi mobilizado a partir do ativismo *online* como uma ferramenta de divulgação. A questão da paisagem também foi mobilizada pela página:

Entendemos que o grupo catarinense ANGELONI e que foi recebido por Curitiba de braços abertos na cena varejista local para aqui vender seus produtos, NÃO DEVE ERGUER sobre 1/3 desta área, sua nova loja, ou LESARÁ UM PATRIMÔNIO ambiental, paisagístico, cultural, histórico e imaterial que, embora sito em área particular, é de TODOS os curitibanos. (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE, 2017)

Outro ponto que deve ser destacado é que “estamos dispostos a mobilizar toda a sociedade curitibana para encontrar SOLUÇÕES e ALTERNATIVAS junto ao poder público e aos empreendedores (...)” (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE, 2017). Há então, a partir do espaço virtual, um conflito de interesses entre o primeiro e o terceiro pilares da tríade

⁶ Disponível em <https://www.facebook.com/parquebomretiro/photos/a.115483285763830/116398209005671>. Acesso em 06/08/2022.

de Rossi e Vanolo (2011). Além disso, a contestação se dá ao utilizar órgãos do próprio Estado para negociação e o terceiro setor, detentor do capital.

A segunda publicação é do dia 28 de setembro de 2017⁷ e diz respeito ao álbum dos remanescentes do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro. A temática da postagem é o pedido de tombamento dos resquícios da antiga instalação, como o piso, muros, o portão, a vegetação, entre outros. O espaço virtual aqui é mobilizado com o objetivo de divulgar as informações do pedido de tombamento e obter apoio, como dito no trecho “Ajude A Causa mais Bonita da Cidade, apoiando publicamente este pedido de tombamento, especialmente se você é representado no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural por alguma categoria da sociedade” (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE, 2017).

A terceira publicação é do dia 5 de outubro de 2017⁸. Seu objetivo é informar ao apoiador qual a situação do movimento 30 dias após o “boom” de apoiadores d’A Causa Mais Bonita da Cidade. Esta postagem possui diversos elementos que propõem não só a divulgação, mas também trazer a responsabilidade para o leitor em relação ao andamento da causa. O texto é dividido em doze problemáticas distintas e serão destacadas as que chamaram mais atenção. A primeira questão é sobre a relação do movimento com a prefeitura. O

“Prefeito Greca não nos convidou para dialogar. Ele sabe PRECISAMENTE a quem convidar. Ele opta por dialogar conosco pelos jornais e pelas redes sociais, em manifestações nas quais se diz impotente de criar o parque inteiro ou cancelar o hipermercado. (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE, 2017).

A crítica ao prefeito acontece porque há a visão do espaço virtual como algo insuficiente para prosseguir na busca por alternativas sobre o futuro do local em disputa. Além disso, os meios de comunicação acabam se tornando instrumentos que servem para contentar certa parcela da população a respeito da construção do hipermercado.

Outro ponto desta publicação é a responsabilidade que o texto transfere para o leitor, apoiador da causa. “Para que este número cresça, não adianta você esperar que nós o façamos crescer. O número só cresce se VOCÊ se envolver e conseguir, 20, 50, 100 assinaturas ou mais” (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE). Outrossim, é disponibilizado o *link* com o documento devidamente formatado e pronto para impressão, chamando o leitor para participar e até certo ponto questionando o que Tavares (2015) chama de cliqueativismo. Apenas “curtir” a publicação não é o suficiente. No contexto da postagem, participar ativamente é necessário

⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.120884268557065&type=3>. Acesso em 06/08/2022.
⁸ Disponível em https://www.facebook.com/parquebomretiro/photos/a.115483285763830.1073741828.115474692431356/122126655099493/?type=3&theater&hc_location=ufi. Acesso em 06/08/2022.

para que os resultados sejam obtidos. Entretanto, o cliqueativismo já se torna útil no tópico seguinte, quando há o pedido para a assinatura do abaixo-assinado virtual.

O uso dos espaços políticos abertos também é fundamental para a causa e é divulgado como um elemento imprescindível. Como apontado por Castro (2012; 2018a; 2018b) e Machado Filho (2018), os espaços físicos são importantes para a política porque conferem visibilidade. Os espaços públicos também produzem cenas públicas que estão visíveis a toda a sociedade. Da mesma forma, os espaços políticos abertos também produzem cenas políticas e estas são as responsáveis pela visibilidade do movimento. Assim sendo, a convocação aos espaços físicos é explicitamente valorizada ao debater a elaboração de eventos artísticos e culturais que promovam a visibilidade, como visto no seguinte trecho:

(...) precisamos mostrar um crescimento constante de apoios, para maior legitimidade do movimento. Por isso, cabe a VOCÊ estar presente, sempre que puder, nestes eventos de domingos, além de trazer NOVAS pessoas. Trazer arte, ações, organizar festividades e eventos culturais, tudo que puder ajudar a dar VISIBILIDADE à causa e que ajude a transformar a frente do parque, um dia, no futuro parque. (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE, 2017)

A questão da responsabilidade ao apoiador permanece durante toda a publicação. Caso não seja possível estar presente nas manifestações presenciais, o autor da publicação traz outra função para quem se identifica com a causa, divulgar as publicações e convidar parentes, amigos e conhecidos para aumentar o alcance e a viralização d'A Causa Mais Bonita da Cidade.

12. VIRALIZAÇÃO E ALCANCE. Simultaneamente ao item 11, apenas uma combinação diária de CURTIDA, COMENTÁRIO e COMPARTILHAMENTO por CADA UM de nossos apoiadores (isto é: VOCÊ) e em TODAS as postagens (não hesite em vasculhar as antigas) aumenta o ALCANCE dos conteúdos da página e, também assim, angaria novos apoios. Só VOCÊ pode ajudar nisso, especialmente se você não pode ir aos eventos presenciais aos domingos pela manhã ou se não está participando das ações diretas. Ajudar na viralização das postagens é uma GRANDE ajuda que VOCÊ pode dar, a qualquer hora do dia ou da noite. (A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE, 2017)

Volta-se a destacar, portanto, a complementaridade dos espaços físico e virtual. O ativismo *online* permitiu ao manifestante outros meios de mobilização e também percebe-se pelo corpo da publicação que há diversas formas de contestar narrativas e decisões tomadas pelo Estado e pela elite econômica. Assim, no caso específico deste trabalho, o *Facebook* enquanto rede influente mostrou-se impactante para a causa, visto que há mais de 9 mil curtidas e diversas pessoas acompanharam durante todo o tempo as publicações.

3.3 A Construção Da Paisagem Política A Partir Das Imagens

Este tópico busca responder o objetivo principal deste trabalho, que é analisar como a paisagem é mobilizada na construção da paisagem política a partir das imagens publicadas na página A Causa Mais Bonita da Cidade, no *Facebook*. Foram selecionadas nove imagens que ilustrassem aspectos da natureza, aspectos das construções, aspectos de pessoas, símbolos e elementos incomuns (MOURA, 2019), buscando compreender como a paisagem política é construída a partir destas características.

A imagem 3 utiliza um espaço político aberto, as ruas, como local da fotografia. Este espaço se repete na maioria das fotografias publicadas na página e sua escolha foi feita porque está em frente ao terreno onde, no passado, funcionou o antigo Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro. Percebem-se atrás das pessoas o muro e os portões, remanescentes da antiga instituição. Ao fundo há uma vegetação, comumente chamada pela causa de bosque, caracterizada por árvores nativas e comuns da região. Outro elemento evidenciado nesta fotografia são as pessoas. Há sempre uma valorização nas imagens da diversidade de gerações. Participam das imagens crianças, adultos e idosos, representando uma memória diretamente relacionada ao passado, presente e futuro, como observado no cartaz “aqui tem memória”. Ademais, a bandeira de Curitiba ao fundo também é um elemento popular nas publicações, trazendo uma identidade, uma ideia de que os manifestantes curitibanos estão insatisfeitos com a política proposta pelo Estado. Por fim, há a presença de cartazes que produzem uma narrativa em defesa do verde, das futuras gerações e da valorização de um espaço que, segundo eles, deve ser público, de forma a respeitar a herança filantrópica do lugar.

Imagem 3: Foto d’A Causa Mais Bonita da Cidade



Fonte: A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook

A imagem 4 ilustra a 1ª Horta Comunitária do “Parque Bom Retiro”, como indicado nas placas que os ativistas estão segurando. A valorização da agricultura urbana é um tópico apontado no Plano Diretor de Curitiba, como apontado no artigo 62 (Lei 14774/2015, CURITIBA)

Art. 62 - São diretrizes gerais da política municipal do meio ambiente: XIX - incentivar a agricultura urbana, inclusive em cobertura de edificações, como forma de promover a racionalização do território, a conservação da cultura local, a preservação da paisagem tradicional e a produção de alimentos preferencialmente orgânico (CURITIBA, 2015)

Percebe-se então que o aparato legal – segundo pilar da tríade – está em consonância com uma dos possíveis usos do Parque do Bom Retiro, defendido pela causa. Além disso, assim como na imagem 1, a diversidade das gerações se faz presente, pois indica uma criança e duas pessoas mais velhas. A narrativa que a imagem propõe são as potencialidades da educação ambiental que o espaço possui, exemplificado a partir de uma horta comunitária. Outro elemento simbólico é o carrinho de supermercado, pois a plantação orgânica foi instalada em um instrumento comumente utilizado em um local onde compramos os alimentos.

Imagem 4: 1ª Horta Comunitária do Parque Bom Retiro



Fonte: A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook

As imagens 5 e 6 possuem o mesmo objetivo, mas a partir de espaços distintos. A imagem 5 indica um espaço político exclusivo, a Câmara Municipal de Curitiba. É um espaço feito para o debate e a deliberação política (CASTRO, 2018) e está pouco presente nas publicações da página. Já na imagem 6, os apoiadores do movimento estão em um espaço político aberto já ilustrado na imagem 3, localizado em frente ao terreno do antigo hospital.

Além disso, há na imagem 5 políticos que a partir da fotografia manifestaram seu apoio público à causa, atribuindo maior visibilidade ao assunto. Já na imagem 6 há cidadãos comuns compondo a imagem. A bandeira de Curitiba permanece presente, além dos muros do terreno e área verde ao fundo. Outrossim, o uso de cartazes mais uma vez é presente e ilustra a complementaridade dos espaços físicos e virtuais ao observarmos a mensagem que eles transmitem: “Curta A Causa Mais Bonita da Cidade”; “Assine a petição pública eletrônica”. Há também o uso da *hashtag* #ParqueBomRetiro, no qual é possível a pessoa fazer uma publicação demonstrando apoio e aumentando a visibilidade da página a partir deste código.

Imagem 5: A Causa Mais Bonita da Cidade na Câmara Municipal de Curitiba



Fonte: A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook

Imagem 6: Ativistas solicitando assinaturas para a criação do parque



Fonte: Página A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook.

A imagem 7 representa uma manifestação devido à mudança viária das duas principais ruas do entorno do terreno. Em frente ao espaço fica a Rua Nilo Peçanha e, na outra quadra, a

Rua Matheus Leme. Os cartazes criticam a mudança destas vias para binários, pois aumenta o fluxo de carros e a velocidade deles. O entrevistado Lucas disse que no entorno do espaço em disputa moram muitos idosos e crianças, o que prejudicaria a segurança deles. É interessante relacionar a narrativa com o cartaz “cidade para pessoas”, pois a ideia repassada ao leitor é de que as mudanças urbanísticas estão voltadas para a elite socioeconômica. A via de mão única facilitaria a ida ao hipermercado, além do transporte de cargas através dos caminhões. O plano de fundo da fotografia difere dos demais, saindo da calçada e indo à rua. Seguindo a mesma linha de raciocínio, não há crianças, nem idosos nesta foto, corroborando com o discurso do perigo a estas faixas etárias. O muro do hospital segue à direita, onde também está presente a área verde.

Imagem 7: Manifestações em relação à mudança viária



Fonte: Página A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook.

As fotografias 8 e 9 foram tiradas de dentro do terreno e dão uma ideia de amplitude do lugar. A imagem 8 remonta a uma narrativa bucólica, romantizada da natureza. Não há construções nem pessoas, além da ausência de cartazes e eventos. A paisagem política é construída a partir de uma imaginação, do som dos pássaros e do vento. A manifestação desta imagem é levar o usuário a refletir como um espaço dotado como belo e preservado pode estar sendo alvo de uma disputa entre Estado e sociedade. Há em um primeiro plano flores e ao fundo o “bosque”, além de um céu azul. O principal lema da causa é “parque inteiro, sem mercado no meio”. Nesse sentido, toda a representação criada a partir desta imagem seria reconfigurada, pois o projeto do hipermercado iria ocupar cerca de um terço de todo o local.

Por último, a imagem 9 contrasta com a 8 em um primeiro plano. Os remanescentes do hospital estão presentes, com destaque para o tijolo. A narrativa propõe lembrar de uma paisagem passada a partir da memória, onde antes esteve uma instituição que influenciou no tratamento de diversas pessoas no Estado do Paraná. Ao trazer passado e presente, os elementos da imagem ilustram um ciclo não totalmente encerrado, no qual a proteção patrimonial não está presente, assim como a construção do hipermercado não está iniciada. Ao fundo, a área verde permanece presente, assim como em todas as imagens anteriores. Mas ao observarmos o céu, não há um azul alegre como o representado pela imagem 8 e sim um céu nublado, indicando um sentimento ao mesmo tempo nostálgico e melancólico sobre os rumos que a disputa pode alcançar.

Imagem 8: Valorização da natureza no espaço em disputa



Fonte: Página A Causa Mais Bonita da Cidade, Facebook

Imagem 9: Remanescentes do Hospital Psiquiátrico do Bom Retiro



Fonte: A Causa Mais Bonita da Cidade no Facebook

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do aparato legal das cidades se mostrou fundamental para compreender como a paisagem é mobilizada e transformada em instrumento de ação. Os gráficos elaborados indicaram que as normas que mencionam qualquer uma das quatro palavras derivadas do radical “paisag” aumentaram consideravelmente em relação às últimas décadas. Nesse sentido, percebe-se que há uma preocupação maior em como gerir a paisagem e a partir de quais instrumentos esta gestão será feita.

Outro ponto importante foi o uso das imagens e a sua divulgação a partir das redes sociais. O ciberativismo se mostrou uma ferramenta importante no compartilhamento de informações, convocações para manifestações, abaixo-assinado físico e virtual, entre outros. As imagens propiciaram uma construção da paisagem política a partir de elementos diversos, dotados de objetivos e intencionalidades definidas. O uso do ciberespaço funcionou como uma ponte, divulgando e convocando os eventos que aconteciam em espaços públicos dotados de vontades políticas, corroborando com a criação de espaços políticos. Desta forma, a relação entre espaços físicos e espaços virtuais se fez fundamental para o aumento das possibilidades de manifestação, gerando possíveis resultados esperados pela Causa Mais Bonita da Cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CAUSA MAIS BONITA DA CIDADE. Disponível em:

<https://www.facebook.com/parquebomretiro>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

BARBOSA, David Tavares. Ocupe Estelita: Das tramas insurgentes à mobilização de direitos na política urbana. In: XII ENANPEGE, 2017, Porto Alegre. **XII Encontro Nacional da ANPEGE - Anais**. Porto Alegre: UFGD Editora, 2017. v. 01. p. 1794-1805

BARBOSA, D. T. "Cidadania Paisagística", **Revista De Geografia**, v. 35, n. 1, p. 40–59, 2018.

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem: Cidadania Paisagística e o Direito à Paisagem na cidade do Recife/PE**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem: Direito à Paisagem e Cidadania Paisagística na cidade do Recife/PE**. **XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. 2021.

BORGES, T.L.S. **Os meios de comunicação e a formação de esferas públicas: o caso das rádios comunitárias de Varre-sai e Copacabana**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

BORGES, Sérgio. Espaço político e tensão democrática: os protestos recentes e a potência política das ruas. **Geographares**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Julho-Setembro, 2018.

CARMO, A. V. do. **A produção do espaço público sob a perspectiva da criação de comuns urbanos: estudo de caso do Parque Bom Retiro em Curitiba**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CASTRO, Iná E. O espaço político limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C.; CORREA, L. (Orgs.) **Olhares geográficos**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2012. Pp. 43-72

CASTRO, I. E. de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? **Geographares**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Julho-Setembro, 2018a.

CASTRO, I. E. de. Espaço Político. **Geographia**, Niterói, v. 20, n. 42, p.120-126, jan. 2018b.

COSTA, Everaldo B. Paisagem-memória e função social da fotografia. In: STEINKE, Valdir Adilson. **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Organizadores:

Valdir Adilson Steinke, Dante Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa. - Brasília : Laboratório de Geoiconografia e Multimídias - LAGIM, UnB, 2014. p.79-106

FLORES, Natália. Gomes, Isaltina. #OcupeEstelita: ciberativismo e mobilização social. **C&C** - São Bernardo do Campo, v.39, n.1, p.219-251, jan/abr.2017.

GOMES, P.C.C; RIBEIRO, L. P. A produção de imagens para a pesquisa em Geografia. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 33, P.27-42, JAN./JUN. DE 2013.

GOMES, P.C.C; BERDOULAY, V. Imagens na Geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**. Vol. 27, n°2, jul – dic. de 2018, pp. 356-371.

HOLLMAN, Verónica. *El giro visual en la geografía*. In: HOLLMAN, Verónica; LOIS, Carla. **Geo-grafías. Imágenes e instrucción visual en la geografía escolar**. Verónica Hollman y Carla Lois - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2015. p.31-42.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

MACHADO FILHO, Guilherme. Dos espaços da sociabilidade aos espaços da ação política: transfiguração das ruas e praças em espaços políticos. **Geographares**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Julho-Setembro, 2018.

MEDEIROS, L. S. de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 4, n. 7, p. 7–31, 2012. DOI: 10.5007/1984-9222.2012v4n7p7.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. Política da Paisagem e Paisagem Política em São Paulo. **Mercator**, Fortaleza, v.20, e20008, 2021.

MOURA, R. A. **A construção de uma memória geográfica para o Brasil**: Edgard Jacintho e o Sertão do IPHAN. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. **IV Encontro da Compólitica**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: A nova ferramenta dos movimentos sociais. **Panorama**. Goiânia, v.7, n.1, p.2-5, jan./jun. 2017. ISSN 2237-1087 . DOI 10.18224/pan.v7i1.5574

REIS JR, Dante. Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia. In: STEINKE, Valdir Adilson. **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Organizadores: Valdir Adilson Steinke, Dante Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa. - Brasília : Laboratório de Geoiconografia e Multimídias - LAGIM, UnB, 2014. pp.11-34.

RIBEIRO, R. W. **Direito à Paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife**: Política Urbana, Democracia e formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras.

Projeto de Pesquisa. Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Política e Território. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, R. W. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: FIDALGO, Pedro. (Org.). **A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar**. 1ed.Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018, v. 05, p. 155-170.

RIBEIRO, R. W. Gestão da Paisagem, Gestão da Cidade: Quais os legados do Rio de Janeiro para o Patrimônio Mundial? Rev. **CPC**, São Paulo, n.27, p.144-166, jan./jul. 2019a.

RIBEIRO, R. W. **Política da paisagem nas cidades brasileiras**: Direito à Paisagem, Política Urbana e Democracia. Projeto de Pesquisa. Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Política e Território. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019b.

ROSSI, Ugo; VANOLO, Alberto. Urban political geographies: a global perspective. London: Sage, 2012.

STEINKE, V. S. Imagem e Geografia: o protagonismo da “fotogeografia”. In: STEINKE, Valdir Adilson. **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Organizadores: Valdir Adilson Steinke, Dante Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa. - Brasília : Laboratório de Geoiconografia e Multimídias - LAGIM, UnB, 2014. pp.45-77.

TAVARES, Wellington. de PAULA, Ana Paula. Movimentos sociais em redes sociais virtuais: possibilidade de organização de ações coletivas no ciberespaço. **Revista interdisciplinar de gestão social**. Jan./mar. 2015. v.4, n.1, p.213-234.

VEGH, S. Classifying forms of on-line activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M. D. (Eds.). **Cyberactivism**: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.